



TRIBUNAL SUPREMO

Discurso da Tomada de Posse dos Juízes Desembargadores do TSR de Nampula

Digníssima PGR;

Venerando Vice-Presidente;

Venerandos Juízes Conselheiros;

Ilustre Bastonário da Ordem dos Advogados de Moçambique;

**Senhor Vice-Ministro da Justiça, Assuntos Constitucionais e
Religiosos;**

Venerandos Juízes Desembargadores;

Meritíssimos Juízes;

**Caros membros do Conselho Superior da Magistratura
Judicial;**

Distintos Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores;

Antes de mais, que me seja permitido cumprimentar a todos os presentes neste espaço do Tribunal Supremo, que testemunham este acto solene de tomada de posse de novos Juizes Desembargadores.

É uma honra e um privilégio presidir esta cerimónia, que é também um acto de consagração e de reconhecimento do empenho e dedicação dos colegas que hoje tomam posse, depois de um longo e meritório percurso profissional.

Com este acto, damos mais um passo na materialização do nosso Plano Estratégico, aumentando o número de Juizes Desembargadores.

O reforço da capacidade de resposta dos Tribunais Superiores de Recurso, no geral, justifica-se, essencialmente, pela necessidade de fazer face à pendência, que é elevada.

O número de processos entrados continua a aumentar a cada ano: de 207.551 em 2022, passamos para 235.875 em 2023. Nos TSR passamos de 1403 em 2022 para 1586 em 2023.

Embora tenha havido uma evolução positiva no tempo médio de resolução de disputas nos Tribunais Superiores de Recurso, que passou de 4 anos e 2 meses em 2019, para os actuais 3 anos e 6 meses, a verdade é que ainda continuamos muito acima do

desejável. É, na verdade, na tramitação dos recursos que ocorre maior demora na resposta judicial.

A criação de novas secções e nomeação de novos Juízes Desembargadores, são actos que constam da pauta de medidas visando reduzir a diferença entre o tempo da justiça e o tempo do cidadão. A justiça que tarda é, muitas vezes, percebida como uma justiça que falha. Os cidadãos esperam respostas rápidas e eficazes para as suas demandas, e nós, como servidores da justiça, temos o dever de atender a essas expectativas.

Caros colegas,

O papel do juiz no Século XXI transcende a simples aplicação da lei. O Juiz destes tempos é, ou deve ser, um guardião dos valores fundamentais da sociedade, um promotor da justiça e um baluarte do Estado de Direito. Por isso, a vossa função é de suma relevância na construção e manutenção de uma sociedade justa, equitativa e democrática. Os vossos julgamentos e decisões devem ser os alicerces sobre os quais se ergue a confiança do cidadão no sistema de justiça.

Dai a importância de os juízes serem o espelho das virtudes que exigem e impõem nas suas decisões.

O juiz do Século XXI deve, igualmente, demonstrar sensibilidade social, o que significa estar atento às questões

sociais e económicas específicas de Moçambique, assegurando que as decisões judiciais abordem efectivamente problemas concretos do nosso País, como branqueamento de capitais, tráfico de drogas, terrorismo e corrupção.

Um Judiciário disfuncional pode ser um refúgio seguro para os criminosos e um factor de imprevisibilidade nos negócios.

Como juízes desembargadores, terão que estudar e ponderar antes da tomada de cada decisão. Terão que estudar porque as vossas decisões, para além de dizer o Direito no caso concreto, devem constituir fontes credíveis de consulta na interpretação e aplicação das Leis. Tendes a responsabilidade de desenvolver uma jurisprudência que seja referência e guia para todo o sistema judicial. Neste sentido, as vossas decisões devem reflectir não apenas uma interpretação acurada das leis, mas também uma harmonização com a jurisprudência do Tribunal Supremo, bem como com a jurisprudência internacional e regional de direitos humanos, resultante da aplicação de instrumentos internacionais que Moçambique ratificou e que nos vinculam. Ao fazê-lo, estarão a contribuir para o fortalecimento do Estado de Direito e para a promoção dos direitos fundamentais em nosso país.

Por isso, é essencial que priorizem a auto-formação, a formação contínua e se mantenham actualizados com as mudanças

legislativas, jurisprudenciais e tecnológicas, buscando constantemente o aprimoramento profissional para enfrentar os desafios contemporâneos.

Na vossa actuação, priorizem a realização da justiça. Se é verdade que ainda prevalece o arcaísmo e excessivo formalismo dos códigos de processo, também é verdade que ainda há um excessivo recurso a argumentos processuais, em prejuízo das decisões sobre o mérito das questões, contribuindo para a morosidade e para o descrédito do sistema judicial. O direito adjectivo é instrumental do substantivo.

Apelamos para que na vossa actuação fortaleçam a Independência Judicial defendendo e mantendo-a frente a pressões de qualquer ordem, e assegurando que as vossas decisões sejam tomadas com base na lei e na justiça; que favoreçam e promovam o acesso à justiça a todos os cidadãos, independentemente de sua condição social ou econômica.

Temos plena confiança de que irão devotar às funções que hoje assumem a vossa longa experiência e o vosso saber.

Mais uma vez, parabéns aos empossados e votos de sucessos na vida profissional.

Maputo, 08 de Julho de 2024